

**Passagens Femininas no Legislativo:
Com a palavra a Deputada Zuleika Alambert**

Dedico esse artigo ao meu amor vivido nos últimos meses de 2008

Renata Bastos da Silva

Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP)
Professora orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Odila Leite da Silva Dias

Introdução

O ano de 1932 representa um importante marco no processo de emancipação feminina, com o estabelecimento, em fevereiro, do Código Eleitoral, trazendo à tona novidades significativas para a nossa cena política, entre as quais se situava, com destaque, a instituição do voto feminino. Essa medida pode ser compreendida como uma conquista do movimento das mulheres que, há décadas, ocupava importantes cidades brasileiras, dando voz às mulheres em sua luta por direitos¹.

Com o surgimento do Estado laico republicano, em 1889, fundado na obrigação política expressa na igualdade natural e na liberdade formal, ao desatender às reivindicações emergentes por igualdade real se vê esvaziado da sua antiga força integrativa². Vide o drama de Canudos no início da Primeira República. Sua incapacidade de incluir as classes subalternas num sistema consensual leva-o à capitulação de parte da sua soberania, delegada a uma agência da sociedade civil - a Igreja Católica - especializada no seu controle ideológico. Compare-se a Constituição brasileira de 1891, que desconhece qualquer instância de legitimação que não seja o povo, com a invocação a Deus do preâmbulo da Carta de 1934.

O moderno e a democratização social, não se afirmando, senão lenta, localizada e embrionariamente, deveriam proceder, pois, da ação interventora do Estado, particularmente do seu estímulo às atividades industriais, tal como no diagnóstico dominante no interior da ampla coalizão política que liderou a Revolução de 1930³. A civilização procederia de uma obra estrategicamente planejada pelo Estado, cuja intenção civilizatória mudava, pois, de curso, voltando-se, agora, para a pedagogia da ética do trabalho⁴. A obra civilizatória, ocorrida na década de 1930, dessa refundação republicana pretendia operar, pois, na chave de uma educação cívica,

¹ Cf. LÔBO, Y., FARIA, L. (orgs.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

² Cf. WERNECK VIANNA, L. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 157.

³ Cf. WERNECK VIANNA, L. REZENDE DE CARVALHO, M. A. República e Civilização Brasileira. In: *Estudos de Sociologia*. (São Paulo) Araraquara, V. 8, 2000. p. 24.

⁴ Idem, p. 25.

patrocinada, regulada e administrada pelo direito - o direito do trabalho e suas instituições⁵.

Em 1945, como conseqüência da vitória sobre o nazifascismo, em uma grande coalizão mundial que contava com parcela da burguesia, com os liberais-democratas, frações das classes médias e as classes trabalhadoras significará uma democratização em dimensões inéditas da República, constituindo o constitucionalismo democrático de então numa de suas principais realizações, dado que, em nome dos valores fundamentais da pessoa humana, passou a subordinar o direito positivo, originário da vontade da maioria, em uma inequívoca reação à experiência do nazifascismo, que, para a sua institucionalização, se utilizara do processo legislativo⁶. Na Constituição Federal do Brasil de 1946 procurou-se harmonizar os pressupostos do indivíduo com os direitos dos grupos sociais, dando origem a uma ideologia particular de setores majoritários das classes dominantes - o liberal-comunitarismo⁷. Naquele contexto, para os portadores da questão igualitária, ampliar a cidadania e democratizar a República reclamavam uma participação e uma mobilização crescentes, na medida em que as instituições careciam de procedimentos democráticos por onde pudessem transitar os temas substantivos da democratização social do país⁸.

Nesse contexto surge a candidatura e posterior mandato de nossa personagem a Deputada Zuleika Alambert. Ela toma posse em 26 de setembro de 1947 pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). No mesmo ano, o partido é declarado ilegal. No ano seguinte, em 1948, ela e os demais deputados comunistas têm o mandato cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Inicia assim sua primeira clandestinidade e seu apressado a vida pública que marcaria sua trajetória de defensora de políticas públicas de emancipação da mulher. Em seu exercício parlamentar, Zuleika Alambert participou, entre outros, ao lado do líder da bancada comunista o Deputado Caio Prado Júnior, das discussões entorno da defesa da cidadania e da liberdade civil. E discursou, em bom tom, logo em seu primeiro pronunciamento na Assembléia, sobre o papel da mulher na vida política e social. Sempre deixou claro em seus discursos sua adesão ao *partido da civilização*, ou seja, se filiou ao ideal de contribuir com o processo civilizatório brasileiro, um exemplo disso foi seu empenho em publicar o trabalho dos comitês de mulheres espalhados pelas principais capitais brasileiras e em particular pelo interior de São Paulo.

Um dos momentos de destaque de sua atuação foi seu apoio ao projeto de lei do Deputado Caio Prado Júnior - também do PCB -, o qual apresentou a proposta de instituição de uma fundação de amparo à ciência e tecnologia, com orçamento vinculado à receita estadual e gestão politicamente independente. Ei-los aí como visionários, pois essa fundação iria se materializar na década de 1960, quando se criou a Fundação de Amparo à Pesquisa Científica do Estado de São Paulo - FAPESP.

Portanto, estamos diante de uma produção parlamentar dedicada a sociedade e em especial as mulheres. E poderemos concluir, a partir de documentos inéditos, que a

⁵ Ibidem.

⁶ Idem.

⁷ Idem, p. 26.

⁸ Ibidem.

breve atuação da Deputada Zuleika Alambert é um exemplo para os poderes legislativos do Brasil e iremos demonstrar que marcou a pauta das políticas públicas para as mulheres aqui e em alhures. Ela nos deixou, então, não apenas uma inestimável contribuição à educação, cultura e ciência, mas também o exemplo da disposição de honrar a confiança cidadã depositada com afincos e dedicação memoráveis que esse artigo visa revelar.

Objetivos

Nosso objetivo é o de salientar o papel da Deputada Zuleika Alambert na organização e manifestação das demandas sociais que integram o cotidiano da mulher. Para tanto analisaremos os discursos da Deputada Zuleika Alambert durante seu mandato na Assembléia Legislativa de São Paulo. Nosso tempo é o imediato pós-guerra, e principalmente o ano de 1947. Nosso espaço é a Assembléia Legislativa de São Paulo. Nesse nexo espaço-temporal iremos identificar as vozes femininas naquele tempo e espaço que serão precursoras na luta pelos direitos civis e de emancipação da mulher. Ou seja, nosso objetivo principal será, através da atuação da Deputada na vida pública, observar o papel civilizador da mulher na política e na vida social brasileira. Assim, identificar a atuação da mulher nos processos civilizatórios da república e civilização brasileira.

Observamos que a presença de mulheres no cenário da vida pública vinha se firmando de forma crescente, desde a virada do século XIX para o XX, principalmente nos núcleos urbanos do país⁹. Vide o exemplo Dona Veridiana Prado, em São Paulo, matriarca dos Prados, que era ciente de sua responsabilidade e do seu papel na família, nos negócios e na política. Ela tinha 53 anos quando se separou do marido. Ela foi responsável pelo aprimoramento e o refinamento dos hábitos, como matriarca da cultura e intelectualidade paulista. Sua tarefa civilizadora ajudou a derrubar preconceitos e barreiras entre classes sociais, partidos políticos, intelectuais brasileiros e estrangeiros. Seu palacete - localizado na região das classes dominante de São Paulo - representava o mundo cosmopolita e heterogêneo, o lugar onde as idéias, as artes, os valores e costumes transcendiam as divisões políticas, ideológicas e nacionais. Esse é o universo no qual se criam, educam e se formam as classes dominantes paulistas para desempenhar o seu papel de liderança na sociedade e na vida pública¹⁰. Veridiana não acreditava na possibilidade de construir uma classe dominante ciente do seu dever de servir o país e liderar a comunidade se os jovens fossem criados alheios à realidade. Os privilégios dessa classe têm de estar intimamente atrelados à consciência das obrigações e responsabilidades dos seus membros para com a sociedade¹¹.

Desta forma, a vitória da institucionalização do voto feminino iria repercutir, significativamente, não somente na vida da mulher, mas na vida social de modo geral. A marca civilizadora seria um aspecto nuclear da contribuição feminina que, historicamente, se mostraria presente, ainda que a ação da mulher viesse se dando, numa perspectiva épocal, simultaneamente existindo nesses "novos

⁹ Cf. LÔBO, Y., FARIA, L. (orgs.), op. cit. p. 82

¹⁰ Cf. D'AVILA, L. F. *Dona Veridiana*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

¹¹ Idem.

tempos”, em que novas demandas colocavam-se para mulher e em que sua ação dirigia-se mais e mais para o espaço além da “soleira da porta”¹². Então, estendendo o papel civilizador exercido pela mulher na família à sociedade, à vida pública.

No Brasil, o papel civilizatório das classes dominantes, a partir da criação do Estado-Nação, teve sua manifestação principal na adesão ao liberalismo, com o que se estabeleceu uma clivagem que o isolou do mundo das *plantations*, onde vigiam as relações escravistas, o patriarcalismo e, para os livres e pobres, o estatuto da dependência pessoal¹³. Nesse sentido, o papel civilizatório da ideologia liberal das classes dominantes atuou de modo a estimular a atividade mercantil e o ideário libertário entre os setores urbanos emergentes, cuja aparição e desenvoltura se vinculavam à internalização do controle das condições de exercício do comércio internacional, embora se caracterizasse por uma relação de compromisso com a ordem patrimonial que servia de base à organização do sistema econômico dominante - a agro-exportadora¹⁴. Desse impasse resultou um esforço civilizatório auto-contido, intrinsecamente hipotecado ao que lhe era antagônico, levando a uma ambigüidade entre a ordem racional-legal e a patrimonial que, para muitos, caracteriza o andamento do processo civilizatório brasileiro¹⁵.

O imediato segundo pós-guerra marca um período de redemocratização no Brasil. Logo, em 1945, em nosso país, ocorreram às eleições para Presidente da República e para Deputados e Senadores que concorreram às cadeiras que compõem o Congresso Nacional. Em seqüência, em 19 de janeiro de 1947 aconteceram, nos Estados da República, as eleições para os legislativos e executivos estaduais; sob a égide da Constituição Federal de 1946. Nesta eleição, Zuleika Alambert, uma moça de Santos, na juventude dos seus 24 anos, cheia de vigor, respeitada pelos trabalhadores do cais do porto de Santos, é eleita segunda suplente, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), para o legislativo paulista.

A Constituição Estadual foi promulgada em 9 de julho de 1947, então, iniciam-se os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Mas, a Deputada só assumiu o mandato em 26 de setembro, em substituição ao Deputado Clóvis de Oliveira Neto, durante seu impedimento no período que vai até 14 de novembro de 1947. Portanto, ela só ocupou uma cadeira efetiva a partir de 15 de novembro daquele ano, em função da renúncia de mandato do Deputado Mautílio Muraro.

Em seus discursos, Zuleika Alambert trata de evidenciar o papel da mulher na vida política e social, em especial o de educar. Logo, no início de seu mandato incentiva a criação de uma faculdade do interior paulista, ao assinar, junto com outros deputados, o Projeto de Lei N.º 240/1947. Esse propunha a criação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras no Município de Taubaté - cidade natal de Monteiro Lobato. Em outro momento, a deputada fez parte da comissão de parlamentares

¹² Cf. LÔBO, Y., FARIA, L., op. cit. p. 92.

¹³ Cf. WERNECK VIANNA, L. REZENDE DE CARVALHO, M. A., op. cit. p. 21. Ver também: FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

¹⁴ Cf. WERNECK VIANNA, L. REZENDE DE CARVALHO, M. A., op. cit. p. 21.

¹⁵ Idem. p. 21.

que acompanhou o, então, Secretário de Educação do Estado de São Paulo à Assembléia Legislativa em 1947 para tratar da política de alfabetização de adultos.

Metodologia

Nossa metodologia deriva diretamente da justificativa teórico conceitual quando apontamos que é a sociologia histórica e política comparada oriunda de Norbert Elias. E, a partir da abordagem de Elias vamos empreender um cruzamento analítico com aquele que Gramsci produziu ao longo da trajetória que nasce com a sua intervenção no debate da questão meridional até suas reflexões no cárcere até os últimos anos da década de 1930.

Além, disso os *insights* metodológicos do próprio Marx e da tradição que a ele se filiou até Gramsci e, também, depois dele, dos que ainda buscaram dar seqüência ao percurso, pois essa história intelectual é a herança a que não renunciamos.

Do ponto de vista objetivo a metodologia da pesquisa vai nos valer de abordagens quantitativas e qualitativas. A propriedade do uso desses métodos abordagens é o que se procura discutir e a viabilização empírica da pesquisa. O estudo de fenômenos ligados a família, a escola e a civilização comportam abordagens quantitativas e qualitativas. Para o primeiro tipo temos o modelo de análise baseado em *surveys*, nos quais os levantamentos são realizados a partir de amostragens de uma população específica, por meio da utilização de questionários, codificação de variáveis e instrumentos estatísticos.

No corpo da metodologia quantitativa, a análise ocorre a partir de números e de suas relações. No cerne de tal perspectiva, encontram-se as variáveis dependentes afetadas por variáveis independentes, ou seja, a análise quantitativa é baseada na descoberta de regularidades estatísticas na forma em que diferentes variáveis estão associadas umas com as outras.¹⁶ Neste sentido, nossa perspectiva aqui adotada dialoga com os trabalhos de Clara Araújo.¹⁷

Em estudos correlatos ao que vamos proceder, a pesquisa quantitativa vem sendo correntemente utilizada, por exemplo, no estudo de temas afetos à cultura política e jurídica.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa é focada em multimétodos, envolvendo uma perspectiva interpretativa de seus problemas. Isso significa que os pesquisadores que se valem da abordagem qualitativa estudam os problemas em seus espaços, tentando fazer sentido e/ou interpretar os fenômenos em termos de significados que as pessoas lhes trazem. A pesquisa qualitativa envolve a coleta de uma variedade de materiais empíricos - experiências pessoais, introspecção, história de

¹⁶ Cf. ALASUUTARI, Pertti. (1996), *Researching Culture: Qualitative Methods and Cultural Studies*. London, Sage, p. 11.

¹⁷ Cf. ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. In: *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.

vida, textos visuais, interativos, históricos e observacionais - que descrevem a rotina e os momentos e significados problemáticos da vida dos indivíduos.¹⁸

A pesquisa qualitativa, por suas características, favorece a adoção de diversos métodos que se entrelaçam no desenvolvimento da investigação. Uma entrevista em profundidade permite verificar situações específicas, marcadas por traços subjetivos, que não seriam adequadamente apreendidos por um *survey*.

Nesse aspecto, a pesquisa qualitativa procura observar e explicar um evento singular e, ao fazê-lo, não trabalha as particularidades individuais como "variáveis distintas".

O *modus operandi* da análise qualitativa pode ser dividido em duas fases: purificação das observações e decifração dos enigmas. Na primeira, tematiza-se o objeto por diversos ângulos e opta-se por uma abordagem. A seguir, procede-se à análise dos dados iniciais, que são acomodados a uma teoria já existente ou utilizados para construção de uma teoria nova. Inicia-se, então, a fase de decifração dos problemas, por meio da interpretação dos dados levantados na pesquisa. Na análise qualitativa, o ato de decifrar significa que, na base das pistas e dicas disponíveis, dá-se uma explanação interpretativa do fenômeno estudado.¹⁹ Aqui estamos no terreno fértil das novas subjetividades de que trata Maria Odila Leite da Silva Dias, do qual compartilhamos.²⁰

Neste momento, as observações que permeiam a pesquisa são combinadas, podendo-se utilizar a etnografia, as entrevistas de profundidade e demais instrumentos de análise. O material resultante desta coleta é, por suas características, multifacetado, comportando diversos ângulos de análise. De questionários abertos, passando por entrevistas individuais, podem-se extrair elementos que permitam a compreensão de práticas cotidianas. E é nesse *mix* que buscaremos em nosso projeto encontrar os caminhos e descaminhos das vozes femininas no legislativo a partir da experiência da deputada Zuleika Alambert.

Nessa perspectiva formulamos o problema a ser desvendado, qual seja, o papel civilizador da mulher na política e na vida social brasileira. Utilizaremos como fontes primárias comentadas os discursos da Deputada Zuleika Alambert, como também o depoimento oral da mesma sobre sua campanha e passagem pela ALESP.

Resultados da pesquisa e discussão

De acordo com Clara Araújo, o poder político representativo é requisito e dado constitutivo da vida social moderna, e os partidos são organizados com vistas à disputa desse poder. Suas ações e políticas são orientadas, em última instância, pela busca de acesso ao poder, cujo canal de exercício e de disputa política é a representação parlamentar e/ou governamental. Assim, ao lado de posições ideológicas, são os cálculos eleitorais que influenciam na esfera organizacional,

¹⁸ DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna. *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*. London, Sage, 1998.

¹⁹ ALASUUTARI, Pertti, op. cit. p. 11., 1996

²⁰ Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: *Estudos Feministas*. N.º 2. 1994.

definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais²¹.

Ainda seguindo as reflexões de Clara Araújo observamos que os partidos não são instituições fixas e imutáveis, ao contrário, estão em constante fluxo, adequando-se aos imperativos do contexto político a que se vinculam. Neste sentido, também refletem as características mais amplas de cada sociedade. Para Clara Araújo podemos pensar a inserção das mulheres nos partidos e seu acesso à representação política a partir de dois níveis: a) no nível intrapartidário, em relação à organização e a ideologia e b) no nível da competição eleitoral, na relação entre partidos²².

Por outro lado, tradicionalmente foram, segundo Clara Araújo, os partidos alinhados à esquerda aqueles que mais tomaram iniciativas no sentido de estimular a organização das mulheres. Ainda de acordo com Clara Araújo, há indícios cada vez mais fortes de que tais iniciativas vão perdendo essa conotação ideológica e começam a perpassar as organizações partidárias em geral. Na experiência de nossa Deputada aquilo foi procedente. Sem entrar no mérito da atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), ele deu espaço para as mulheres e em especial para nossa Deputada²³.

Na Assembléia Legislativa de São Paulo de 1947, só havia duas deputadas, Deputada Maria da Conceição da Costa Neves, eleita pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e a Deputada Zuleika Alambert. Sendo que a Deputada Maria da Conceição foi à única mulher que participou da Assembléia Constituinte Paulista de 1947. Portanto, dois partidos que estão no campo da centro-esquerda da perspectiva da geografia política. Apesar do nome Partido, O Partido ser masculino, mas o centralismo democrático dos partidos de esquerda acaba por abrir espaço para as novas demandas sociais.

Em particular a atuação da Deputada comunista foi relevante, pois tratou de colocar em pauta o Papel da Mulher na Vida Política e Social, revelando a organização das mulheres em todo o país; em especial nas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Abaixo mostramos dois quadros que resumem sua atuação na Assembléia Legislativa de São Paulo (1947-1948). Lembramos que a referida Deputada toma posse em 26 de setembro de 1947 e fica até o dia 14 de novembro, do mesmo ano, substituindo o Deputado Clóvis de Oliveira Neto, licenciado de suas funções. E somente em 15 de novembro daquele ano, passa a ocupar a cadeira de Deputada efetivamente, em função da renúncia do Deputado Mautílio Muraro, metalúrgico. O Quadro I mostra a intensa atividade desenvolvida pela Deputada no ano de 1947:

²¹ Cf. ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. In: *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.

²² Idem.

²³ Sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB) ver, entre outros: BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva. As Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo, Hucitec, 1997.

Quadro I - Atuação de Zuleika Alambert na Assembléia Legislativa de São Paulo (1947)

1947	
Modalidade & Tema da Intervenção	Pronunciado
Discurso sobre a efetivação das serventes da Prefeitura de Santos	05/10
Discurso sobre a Proibição de Comícios - Papel da Mulher na Vida Política e Social	11/10
Indicação N.º 199 - Efetivação das serventes da Prefeitura de Santos	16/10
Moção N.º 17 - De apoio aos escritores brasileiros	17/10
Moção N.º 23 - De repúdio ao projeto de lei de cassação dos Deputados comunistas	26/11
Discurso sobre a Prisão de Vereadores e o Pronunciamento da Assembléia	28/11
Requerimento N.º 336 - Urgência para discussão e votação da Moção N.º 25	01/12
Requerimento N.º 357 - Transcrição do artigo do jornalista Rafael Corrêa de Oliveira, referente à situação de deputados comunistas na Câmara Federal	04/12
Requerimento N.º 358 - Encaminhamento à Câmara Federal das mensagens contra a cassação dos mandatos de parlamentares	04/12
Discurso sobre o Abono de Natal aos Servidores do Estado	05/12
Projeto de Lei N.º 370 - Concede o "Abono de Natal" aos servidores do Estado	05/12
Requerimento N.º 356 - Transcrição de Moção dos Acadêmicos de Direito	05/12
Requerimento N.º 367 - Transcrição do parecer do juriconsulto Sílvio Romero Filho, a respeito da cassação de mandatos de parlamentares	06/12
Requerimento N.º 368 - Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	06/12
Moção N.º 26 - De protesto contra a suspensão do jornal "Tribuna Popular"	09/12
Requerimento N.º 346 - Urgência para a discussão e votação do Requerimento N.º 347	09/12
Requerimento N.º 372 - Urgência para a discussão e votação da Moção N.º 26	09/12
Requerimento N.º 378 - Prorrogação da Sessão Legislativa	11/12
Requerimento N.º 387 - Urgência para a discussão e votação do Requerimento N.º 388	12/12
Requerimento N.º 388 - Representação da Assembléia nos funerais do Dr. Caio Prado	12/12
Requerimento N.º 391 - Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	12/12
Requerimento N.º 410 - Preferência para diversos itens da Ordem do Dia	16/12

Discurso sobre o Abono de Natal aos Servidores do Estado	18/12
Requerimento N.º 422 – Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	18/12
Requerimento N.º 431 – Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos	20/12
Requerimento N.º 440 - Preferência para a discussão e votação de itens da Ordem do Dia	20/12
Indicação N.º 310 – Pagamento ao pessoal do Departamento de Produção Animal	22/12
Indicação N.º 311 - Palestra proferida pelo Secretário da Saúde	22/12
Requerimento N.º 433 – Encaminhamento de mensagens sobre a cassação de mandatos	22/12
Requerimento N.º 435 - Preferência para a discussão e votação da Indicação N.º 320	22/12
Requerimento N.º 446 - Urgência para a discussão e votação do Requerimento N.º 409	23/12
Requerimento N.º 439 - Preferência para discussão e votação do Projeto de Lei N.º 370 (Abono de Natal)	26/12

Observando-se o Quadro II vemos os últimos momentos de sua atuação em razão da cassação dos mandatos no início de 1948:

Quadro II - Atuação de Zuleika Alambert na Assembléia Legislativa de São Paulo (1948)

1948	
Modalidade & Tema da Intervenção	Pronunciado
Discurso contra a cassação de mandatos	7/1
Requerimento N.º 27 – Pronunciamento da CCJ sobre a cassação de mandatos	12/1
Discurso de adeus a Assembléia Legislativa	12/1

As primeiras palavras da Deputada Zuleika Alambert, pronunciadas naquela Casa legislativa, foram de saudação à mesma e de agradecimento aos nobres colegas que tão bem a receberam no dia de sua posse²⁴. Mais adiante em seu discurso ela diria:

Sr. Presidente, para trás ficaram os dias, em que as mulheres de todas as categorias sociais viviam, em nossa pátria, exclusivamente para seu lar e para seus filhos, sem participar diretamente da vida política, social e econômica da Nação. Porém, com o agravamento de nossa crise econômica, afogada em seus lares com o problema da inflação e da carestia da vida, explorada diariamente nos locais de trabalho por patrões sem escrúpulos que sempre vêem nela a presa fácil de sua ganância, começaram a compreender que só unidas e organizadas poderiam fazer cumprir as leis, que existem e lhes dizem respeito, e, sobretudo, poderiam lutar por suas mais sentidas reivindicações, conquistando dentro da sociedade, o lugar, que, por direito, lhes cabe, não como esmola, mas como justiça.

²⁴ ALAMBERT, Zuleika. Proibição de comícios - Papel da mulher na vida política e social. In: *Anais da Assembléia Legislativa. 1ª Sessão da 1ª Legislatura*. 1947. Volume. V. p.155.

No terreno econômico, seria preciso lutar, nos bairros, contra as filas, que, pela noite adentro, serpenteavam pelas calçadas, a espera do pão misturado, à espera da carne. Lutar contra a alta dos gêneros, que começava a atingir até os de primeira necessidade, tais como: trigo, leite, carne, açúcar, óleo, etc. Contra o salário de fome recebido nas fábricas, onde pululam patrões, que, em geral, desconhecem propositadamente o Artigo 157, do Título V, da Constituição Federal, que reza: 'proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. (...)'²⁵

Percebemos em seu discurso a menção forte a Constituição Federal de 1946 e colocando em pauta temas do cotidiano da mulher, como o trabalho e a crise econômica que abala o custo de vida. Suas palavras nos apontam para as observações da Maria Odila Leite da Silva, as quais registram que o estudo das relações de gênero caminha no sentido de documentar as diferenças culturais, de nuançá-las, de modo que um dia, eventualmente transformadas, possam se aproximar; neste momento em vez de destacar-se em confrontos de nitidez cultural, restritos a identidade do sujeito, desnecessárias estarão provavelmente nuançadas em uma multiplicidade de diferenças que não somos capazes de ver hoje²⁶. Por conseguinte, o debate em torno do papel da mulher na vida pública é um debate que envolve as relações sociais cotidianas, como as destacadas pela Deputada em seu referido discurso. Daí o tema da introdução da mulher no mercado de trabalho, reivindicando para si o cumprimento das leis trabalhistas, substanciada pela Constituição o Federal de 1946.

Seu discurso revela ainda a mulher e seus papéis informais e formais de resistência no Trabalho, na Economia, na Saúde e na Educação. Nossa hipótese é que a sociabilidade da mulher na vida pública resulta no processo de civilização dos debates públicos, percebemos isso através da atuação da Deputada Zuleika Alambert. É claro que a mulher não é unívoca, porque cada mulher é uma mulher com suas diferenças. Mas uma coisa as une a subsistência, a luta pela dignidade humana, pela construção e manutenção da estrutura do cotidiano, com educação e civilidade. Portanto, as relações sociais de produção as impelem para fora do lar, como diz a nossa Deputada; vão as ruas a defesa de condições de trabalho civilizadas. Isso, sem dúvida, se estende para a vida, para o lar, para o espaço público.

Mais adiante, ainda em seu discurso a Deputada salienta que havia cada vez mais a presença das mulheres no Espaço Público. A ação coletiva das mulheres resulta na formação dos comitês que enfrentam o mundo da conformação e dos interesses, quando, por exemplo, trazem para si o papel de alfabetizar. Lembremos que o pós-guerra, a partir de maio de 1945, abriu espaço para a unidade política que revelou uma frente política que deu substância à redemocratização de nosso país. Mais do que isso foi à retomada do funcionamento de nossas instituições democráticas. Neste sentido, o novo surge com força para estruturar organizações que se consolidam em bases democráticas, entre elas os Comitês de Mulheres. Pelas palavras da Deputada:

²⁵ Idem. p. 156.

²⁶ Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva, op. cit. p. 373.

Nascidas da compreensão daquelas e outras reivindicações que, oportunamente, levantarei, desta tribuna e, sobretudo depois do monumental discurso de São Januário, onde o Senador Prestes abriu as perspectivas de organização ao povo brasileiro, começam a surgir, em nossa pátria, principalmente nas grandes cidades, as primeiras organizações de mulheres, dispostas a desenvolver uma luta pacífica, mas intransigente nas conquistas de seus direitos, em todos os setores da vida humana.

Rio, Minas, Pernambuco e especialmente São Paulo, surgem na vanguarda dos Estados, onde a mulher se organiza e luta ativamente.

No Rio, foram às uniões femininas de bairros, que tanto têm colaborado na solução de problemas vitais para a mulher, especialmente dando sua colaboração nos trabalhos de distribuição de gêneros de primeira necessidade, na luta intensa contra a carestia da vida e o câmbio-negro, e mesmo no que se refere ao amparo à cultura da mulher carioca. Ainda há bem pouco, davam elas a prova de sua fibra e a compreensão de seu destacado papel na vida da Nação, quando, com dinheiro arrecadado nas favelas e nos porões, enviavam ao Congresso Internacional de Mulheres, que se realizava em Praga, na Tchecoslováquia, uma sua legítima representante, na pessoa de D. Alice Tibiriçá.

Na Capital paulista, surgiu a União de Mulheres Democráticas de São Paulo, ramificada em comissões de bairro, disposta a lutar valentemente pelos direitos de nossas mulheres, exemplo seguido, logo, pelas cidades de Santos, Santo André, Assis, Taubaté, para apenas falarmos das principais.

Em Assis, notável foi a contribuição das mulheres dada ao Executivo Municipal, apresentando medidas práticas para o problema do leite, da água, da farinha, açúcar etc.

Em Santos, também, puderam, através de comissões femininas dos bairros, desenvolver a campanha de alfabetização entre as mulheres e lutar pela solução da distribuição de gêneros, tal como, ultimamente, acontece com o óleo.

Em Santo André, conseguiram o controle do tecido popular, distribuindo-o aquelas que, de fato, necessitam do mesmo.

Na Capital, muito se destacou a União de Mulheres, principalmente no combate à carestia, e suas comissões têm realizado trabalho de certa importância, como ainda há dias, ocorreu com a Comissão Feminina do Bom Retiro, que, com sua interferência, conseguiu sustar um despejo de 100 famílias naquele populoso bairro e ainda continua trabalhando junto às autoridades competentes, para a melhoria da situação de absoluto conforto que ali habitam.

Como vê, Sr. Presidente, são organizações de mulheres, que surgiram e hoje trabalham não para mergulhar suas associadas nos debates estéreis e na alta política, mas sim com o fito exclusivo de debater as dificuldades dos bairros, as necessidades especificamente femininas e, desse modo, fazer com que as nossas mulheres, ombro a ombro com seus companheiros, ajudem, através da luta diária

*pela conquista de seus direitos, a construir a grandeza e o progresso de São Paulo. (...)*²⁷

O discurso da Deputada aponta para o que salientamos acima, o cotidiano, as necessidades vitais do ser humano e em especial das mulheres, ou melhor, as relações sociais do ponto de vista feminino são expostas ao público e reivindicadas através da organização social. Então, deduzimos que o mandato parlamentar de Zuleika Alambert foi dedicado a manifestar essas pequenas coisas do cotidiano que envolve as pequenas coisas que estruturam uma unidade familiar.

Outro momento a destacar de seu discurso é a menção ao Senador Prestes. O líder comunista é trazido à tona numa conjuntura já adversa para o PCB, que foi cassado em maio de 1947, e os parlamentares dessa legenda perderiam seus mandatos no início de 1948. Esse fato golpeou fortemente a história da democracia brasileira, que só retomáramos 60 anos depois com a catarse que foi a Constituinte de 1987-1988 que promulgou a Constituição de 1988, a chamada Carta Cidadã.

Sem dúvida estamos mostrando uma história engajada, uma mulher que oferece seu viver, sua juventude para abrir passagens para o novo. E como diria Gramsci na hora do novo, que surja o novíssimo. Sem dúvida a atuação da Deputada Zuleika Alambert situa-se numa vanguarda promissora que abriu passagens para a atuação da mulher hoje. Assim, em 2004, estava Zuleika Alambert presente na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Conclusões

Pensamos que há ainda muito que pesquisar sobre a passagem das mulheres no parlamento e em particular as mulheres que se lançaram por partidos de esquerda como o PCB. Portanto, nosso caminhar rumo à democracia social e política perpassa pela revelação da trajetória dessas mulheres. No caso de nossa Deputada sua história afirma que não temos porque nos entregar ao conformismo ou ao mundo dos interesses. A mais no coração de uma mulher e acreditamos da humanidade que possamos nos unir por nossas demandas. Esse é o exemplo de uma menina de tranças que se tornou uma mulher com uma biografia que registra uma longa trajetória de lutas, que conquistou um lugar na recente história do Brasil. Sua atuação nos movimentos políticos e sociais ainda deve ser mais publicizada para as novas gerações de aqui e de alhures.

Na entrevista em que ela nos concedeu em março e junho de 2004 lhe perguntaríamos: *A senhora é uma inconformada?*; Responderia ela:

Sou, mas eu tenho que aceitar o que eu sou hoje. Porque a minha psicóloga diz isso: 'Zuleika, você não tem mais 20, 40,60, você está com 82 anos, você não seria a mulher que é hoje se você não tivesse os seus 20, 40, então você tem que fazer as coisas considerando sua capacidade de hoje.' Fisicamente eu não tenho condições de ir para rua liderar uma passeata, ou sair sozinha pela rua gritando e juntar gente. Não tenho condição, então o que eu posso fazer hoje é dar entrevistas, falar, escrever, eu tento contribuir com todos que me procuram, dando as minhas impressões, falando das minhas experiências, das minhas coisas. Isso eu

²⁷ ALAMBERT, Zuleika, op. cit. p. 166-167.

*faço! Os jovens me procuram, porque eles não conhecem nada, então eles querem ver as pessoas vivas, falando.(...)*²⁸

Por conseguinte, registrar sua história é registrar a história da organização das mulheres no nosso país, e enfatizar a importância da mulher no parlamento, para colocar as demandas sociais em pauta. A educação e a saúde são pautas públicas, acreditamos, mais sensíveis aos corações femininos por elas estarem no cotidiano da vida humana e levarem para o mundo da produção essa sensibilidade. Como observou Maria Odila Leite da Silva Dias:

*a história social das relações de gênero ou a história das mudanças da organização das famílias, sob impacto da industrialização, por exemplo, em diferentes momentos na vida das diversas sociedades que compõem o mundo contemporâneo, em que nos vemos inseridos, ao esmiuçar múltiplas mediações sociais nos revela compassos e descompassos que em sua diversidade nos desvendam, em vários níveis diferentes, as relações entre fenômenos amplos globais e as mudanças que provocaram nas emoções, nos sentimentos, nas vidas íntimas e no processo de construção dos sujeitos em dados momentos históricos, descontraídos no tempo por diferentes sociedades*²⁹.

Assim entendemos que tenha sido a atuação de nossa Deputada, ou seja, acompanhando as mudanças na sociedade através do impacto da inserção da mulher no mundo do trabalho e no mundo da produção. Surgindo, portanto, novas relações sócias, que estabelecem pontes para a passagem das demandas sociais. Essas são estruturais, como a preocupação com o preço dos gêneros alimentícios. Aqui e em alhures esperamos aprender a ser como essas mulheres: *inconformadas!*

Referências bibliográficas

ADÃO, Áurea. REMÉDIOS, Maria José. *Os discursos do poder e as políticas educativas na governação de Oliveira Salazar: as intervenções das mulheres na Assembléa Nacional (1946-1961)*. In: LÔBO, Y., FARIA, L. (orgs.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

AFONSO, Eduardo José. "O PCB no Legislativo paulista 1947-1948". *Acervo Histórico*, nº 3, 1º semestre, p. 19-31, 2005

ALAMBERT, Zuleika. Proibição de comícios - Papel da mulher na vida política e social. In: *Anais da Assembléa Legislativa. 1ª Sessão da 1ª Legislatura*. 1947. Volume. V.

_____. *A história da mulher. A mulher na história*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP; Abaré, 2004.

ALAMBERT, Zuleika. (Apresentação). *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: CERIFA/NOVOS RUMOS, 1982.

²⁸ PEÇO a Palavra: deputada Zuleika Alambert. Entrevista. In: *Acervo Histórico. Assembléa Legislativa de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, v. 3, p. 32-45, 2005. (Entrevista realizada pelos membros do Núcleo de Estudos Antonio Gramsci: Prof.ª Renata Bastos da Silva e Prof.º Ricardo José de Azevedo Marinho).

²⁹ Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva, op. cit. p. 380.

ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. In: *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.

BETTENCOURT, Ana Maria. PEREIRA, Maria Margarida Silva Pereira. (Coordenação). *Mulheres Políticas - As suas causas*. Lisboa: Quetzal Editores e Associação Ana de Castro Osório, 1995.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (1997), *A Esquerda Positiva. As Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo, Hucitec.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores - 2005*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores - 2007*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Redações e artigos científicos vencedores - 2008*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: *Estudos Feministas*. N.º 2, 1994. _____. *Power and everyday life: the lives of working women in 19th century Brazil*. New Brunswick: Rutgers U. Press, 1995.

DICIONÁRIO *Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ECO da Revolução: voz da mulher paulista. *A Plebe*, São Paulo, dez. 1932.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1939], 1994. V. 1 e V. 2.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, [1969], 2001.

FARIA, Lia. *Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

GRAMSCI, Antonio. "Caderno 25, § 2". *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5: *O Risorgimento & Notas sobre a História da Itália*. Editado por Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio

Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. "O Moderno Príncipe". In: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1978.

LAIA, Maria Aparecida (org.). *Conselho Estadual da Condição Feminina. Sua história suas lutas seu futuro*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2003.

LIMA, Eduardo Martins de. *Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada (1945-1964 e 1985-1998)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2004.

MAGALDI, A. M. B. de M. Vozes católicas: um estudo sobre a presença feminina no periódico *A Ordem* (anos 1930-1940). In: LÔBO, Y., FARIA, L. (orgs.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

_____. A infância em lições. Um estudo sobre manuais femininos na sociedade do Rio de Janeiro. In: *Revista Rio de Janeiro*. n. 13-14 (maio-dez. 2004). Editada pela UERJ/LPP/Fórum-Rio.

NECKEL, Roselane. "Entra, menino", "Xô, galinha" e "Sim, senhor!": entrevista com Heloneida Studart. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(1):000, janeiro-abril/2008.

PEÇO a Palavra: deputada Zuleika Alambert. Entrevista. In: Acervo Histórico. Assembléia Legislativa de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, v. 3, p. 32-45, 2005. (Entrevista realizada pelos membros do Núcleo de Estudos Antonio Gramsci: Prof.^a Renata Bastos da Silva e Prof.^o Ricardo José de Azevedo Marinho).

SOBRE o voto feminino. *Folha da Noite*, São Paulo, 28 jan. 1933.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1983.

WERNECK VIANNA, L. REZENDE DE CARVALHO, M. A. República e Civilização Brasileira. In: *Estudos de Sociologia*. (São Paulo) Araraquara, v.8, p. 7-33, 2000.